

**AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO PARAGUAI NA DITADURA DE STROESSNER: GESTÃO, PRÁTICAS E VALORES****PARAGUAY'S LINGUISTIC POLICIES DURING STROESSNER'S DICTATORSHIP: MANAGEMENT, PRACTICES AND VALUES**Raul Felipe Schmidt Machado<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Paraguai é historicamente um país plurilíngue que se tornou bilíngue, com uma população majoritariamente monolíngue guarani e uma pequena elite hispano falante que impôs o espanhol, língua do colonizador, como língua de Estado. Atualmente o país é oficialmente bilíngue guarani-castelhano desde 1992, mas o primeiro reconhecimento oficial da língua guarani ocorreu durante a ditadura de Stroessner em 1967. Através do aparato teórico-metodológico de Bernard Spolsky foram analisadas as políticas linguísticas durante a ditadura de Stroessner, observando a gestão, as práticas e os valores linguísticos em questão. O que se percebe é a instrumentalização política da defesa da língua guarani associada a um nacionalismo exaltado pelo governo ditatorial que pouco modifica a situação concreta dos falantes de guarani e dos valores linguísticos diglóticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paraguai. Stroessner. Política Linguística. Spolsky

**ABSTRACT:** Paraguay is historically a plurilingual country that became bilingual, with a majority monolingual Guarani population and a small Spanish-speaking elite that imposed Spanish, the language of the colonizer, as the state language. Currently, the country has been officially bilingual Guarani-Castilian since 1992, but the first official recognition of the Guarani language occurred during the Stroessner dictatorship in 1967. Through Bernard Spolsky's theoretical-methodological apparatus, linguistic policies during the Stroessner dictatorship were analyzed, observing the management, practices and linguistic values in question. What can be seen is the political instrumentalization of the defense of the Guarani language associated with a nationalism exalted by the dictatorial government that does little to change the concrete situation of Guarani speakers and diglossic linguistic values.

**KEYWORDS:** Paraguay. Stroessner. Language Policy. Spolsky

## 1 Introdução

O Paraguai é um país mediterrâneo da América do Sul, colonizado pela Espanha, fronteiro com Brasil, Bolívia e Argentina, e constitucionalmente bilíngue. As duas línguas oficiais do Paraguai são o castelhano e o guarani. Antes da colonização a região do atual Paraguai era pluricultural e plurilíngue, com o guarani atuando como língua franca. Após a invasão e colonização espanhola o Paraguai se torna um país com uma maioria monolíngue guarani e uma pequena elite hispanofalante, situação que se mantém nas décadas posteriores à independência nacional (MELIÁ, 1983).

Até 1967, as Constituições paraguaias de 1844, 1870 e 1940 não mencionam quais seriam as línguas oficiais, nacionais ou reconhecidas do Paraguai, mas todas elas foram escritas em castelhano, idioma *de facto* do aparato estatal paraguaio e dos meios de comunicação (MELIÁ, 1983).

Na Constituição de 1967, sob o regime ditatorial do general Alfredo Stroessner, pela primeira vez são declaradas as línguas do Paraguai, sendo apenas o castelhano a língua oficial

<sup>1</sup> Mestrando em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4659-592X> . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4665681225968499> . Email: [raulmachado2@hotmail.com](mailto:raulmachado2@hotmail.com)

e o guarani reconhecido como a língua nacional. Mas é somente na Constituição de 1992, após a queda da ditadura, que o *status* do castelhano e do guarani são iguais, ambos declarados oficiais.

A ditadura de Stroessner, que durou de 1954 a 1989, foi um governo nacionalista e autoritário, que instrumentalizou politicamente este inédito reconhecimento da língua guarani. Apesar de uma pequena elite associar o uso majoritário do guarani ao atraso socioeconômico do Paraguai e criticar as políticas linguísticas de Stroessner, com este reconhecimento o governo conseguiu o apoio e a simpatia de uma enorme parcela da população monolíngue guarani, além de exaltar o guarani como símbolo de identidade nacional e das origens do povo paraguaio, reforçando o discurso nacionalista do governo (ZUCCOLILLO, 2000).

Este artigo pretende, então, analisar as políticas linguísticas durante a ditadura de Stroessner através do aparato teórico-metodológico de Bernard Spolsky, subdividindo a análise em três aspectos, como defende o autor: a) gestão linguística; b) práticas linguísticas; c) valores linguísticos (SPOLSKY, 2012).

O método utilizado foi o de pesquisa bibliográfica histórica qualitativa, por meio da consulta em documentos oficiais do Estado paraguaio e a leitura de trabalhos acadêmicos referentes ao tema.

## 2 Políticas linguísticas

As línguas são um produto humano social e, como afirma Calvet (2007), sempre houve intervenção e legislação humana nas línguas, como também predileções e proibições em relação aos usos de certas línguas em detrimento de outras por parte do poder político. A política linguística, como prática em sentido amplo, surge então concomitante ao surgimento mesmo da linguagem humana.

O campo de estudo científico das políticas linguísticas, por sua vez, surge mais robustamente na década de 1960, com os trabalhos de Haugen, Fishman, Ferguson, Das Gupta, entre outros, com a intenção de solucionar os (assim vistos) problemas linguísticos das nações africanas e asiáticas recém libertas da colonização europeia (SILVA, 2013). A perspectiva de então era de haver uma relação unívoca entre um Estado-Nação e somente uma língua, ou seja, o padrão europeu de Estado monolíngue e monocultural, e que, portanto, a diversidade linguística de um território nacional era um problema a ser resolvido através de políticas linguísticas.

As primeiras críticas em relação às perspectivas deste primeiro período das políticas linguísticas como campo de estudo surgem na década de 1980, principalmente com os trabalhos de Tollefson e de Schiffman, entre outros. As críticas foram direcionadas, a partir de orientações marxistas e pós-estruturalistas (SILVA, 2013), às pretensões universalistas, neutras e técnicas da política linguística do período anterior, que estaria negligenciando o caráter político e ideológico da atividade.

Esta nova perspectiva crítica das políticas linguísticas não enxergava mais a língua como problema, e sim como direito e como recurso (SILVA, 2013). A partir de então o foco já não era mais garantir uma língua nacional igual e padronizada para todos, mas que as minorias linguísticas tivessem direito de usarem as suas respectivas línguas, ampliando o olhar para além da questão linguística e incluindo os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais das políticas linguísticas (SILVA, 2013).

A partir do início do século XXI, então, ocorrem mais transformações no campo de estudo. Se no primeiro período o campo estava imerso no universalismo racionalista e tecnicista, no segundo período perdurou a ingenuidade de que política se faz apenas através do Estado, e

de que leis necessariamente transformam a prática social concreta. É como se tivesse ausente, em ambas as perspectivas, o contraditório inerente às próprias políticas estatais e às leis, o fosso entre política e implementação, as correlações de força contraditórias internas ao Estado, ao poder judiciário e aos agentes sociais que estão na ponta de implementação das políticas públicas, e ausente também a heterogeneidade dos possíveis agentes de intervenção para além do Estado, como associações culturais, movimentos sociais, centros de idiomas, escolas e universidades, etc.

As principais contribuições ao campo de estudo em políticas linguísticas no século XXI podem ser encontradas nos trabalhos de Spolsky (2012; 2021), Calvet (2002; 2007), Makoni e Pennycook (2007), Rajagopalan (2013), Lagares (2018), Shohamy (2006), e tantos outros.

Nesta presente pesquisa utilizaremos, principalmente, as contribuições na área de política linguística trabalhadas por Spolsky (2012; 2021).

Para Spolsky (2012) há três componentes internos independentes, mas que se relacionam entre si, que compõem as políticas linguísticas. O primeiro é nomeado práticas linguísticas, e diz respeito às variações e variantes usadas por uma comunidade de fala em situações comunicativas reais<sup>2</sup>, o segundo abarca os valores linguísticos atribuídos pelos diferentes membros desta comunidade de fala a cada uma das variações e variantes<sup>3</sup>, e o terceiro é nomeado gestão linguística, que trata sobre o esforço de membros desta comunidade de fala que tenham ou acreditem ter a autoridade para interferir e modificar as práticas e os valores linguísticos desta comunidade<sup>4</sup>.

No que diz respeito à análise de uma política linguística de caráter nacional, que é o nosso caso aqui nesta pesquisa, Spolsky (2021) defende o uso deste seu modelo de três componentes (práticas, valores e gestão), buscando entender como a gestão se adequa às práticas e como ela foi influenciada pelos valores, ampliando o entendimento da interferência de fatores não linguísticos na implementação de uma política linguística nacional<sup>5</sup>. O autor (SPOLSKY, 2021) ainda explica que são os argumentos nacionalistas, religiosos ou econômicos que mais influenciam as políticas linguísticas oficiais de um país, expressas nas constituições e leis<sup>6</sup>.

Observamos no trabalho de Spolsky que a política linguística diz respeito tanto à gestão estatal e às políticas oficiais de Estado, quanto às ideologias, crenças e valores sociais, e também

---

2 The first of these is the actual language practices of the members of the speech community – what variety do they use for each of the communicative functions they recognize, what variants do they use with various interlocutors, what rules do they agree for speech and silence, for dealing with common topics, for expressing or concealing identity. This is what actually happens, the ‘real’ language policy of the community (SPOLSKY, 2012, p. 5).

3 The second component, formed in large measure by the first and confirming its influence, is made up of the values assigned by members of a speech community to each variety and variant and their beliefs about the importance of these values. At times, the beliefs may be organized into ideologies (SPOLSKY, 2012, p.5)

4 The third component is what used to be called ‘planning’ and what I prefer to call ‘management’, efforts by some members of a speech community who have or believe they have authority over other members to modify their language practice, such as by forcing or encouraging them to use a different variety or even a different variant (SPOLSKY, 2012, p. 5).

5 I have shown that the best way to look at national policy is using the three-component model, language practice, language beliefs and language management, and asking how fitting the management is to the practices and how it has been biased by beliefs and ideology. Finally, we can ask how successful intervention has been and how any national policy has been weakened by failure to recognize the actual practices of the population, the policies favored at the various levels and in the many domains, and the non-linguistic factors that interfere with implementation (SPOLSKY, 2021, p. 265).

6 Nationalist or religious or economic arguments are usually what influence the language policies expressed in national constitutions or laws (SPOLSKY, 2021, p. 272).

às práticas concretas dos falantes em si. Fator, este, que vai ampliar o potencial de análise e entendimento das políticas linguísticas.

### **3 Políticas linguísticas na ditadura de Stroessner**

O Paraguai é um país de uma história política com muitas instabilidades, com o acontecimento de vários golpes políticos e de governos ditatoriais, além de duas grandes guerras, uma contra Brasil, Uruguai e Argentina entre 1864 e 1870, e outra contra a Bolívia entre 1932 e 1935. Esta história política está permeada por uma polarização entre o Partido Colorado e o Partido Liberal, que se alternam no poder e na posição de polo hegemônico (CODAS, 2019). Os liberais estão historicamente associados a posições mais cosmopolitas e ligadas às elites urbanas, enquanto os colorados são associados a setores nacionalistas e às elites rurais, religiosas e burocráticas (ZUCCOLILLO, 2000).

O General Alfredo Stroessner, militar ligado ao Partido Colorado e que subiu ao poder através de um golpe em 1954, depois de uma década marcada por uma guerra civil entre colorados e liberais e de sucessivos governos civis de muita instabilidade, presidiu o Paraguai de forma ditatorial até o ano de 1989 (CODAS, 2019). Foi através da promulgação de uma nova Constituição em 1967, sob as ordens de Stroessner, que pela primeira vez na história do Paraguai existiu uma afirmação constitucional sobre as línguas do Paraguai. Antes de 1967, apesar do silêncio oficial, a língua extraoficial sempre foi o castelhano, mesmo havendo uma maioria populacional falante de guarani. A partir do texto constitucional de 1967 não apenas o silêncio oficial sobre as línguas do Paraguai é rompido como também a língua guarani é reconhecida como língua nacional, ainda que um patamar abaixo do castelhano, reconhecido então como única língua oficial do país e nomeada nos documentos de Estado como língua espanhola (ZUCCOLILLO, 2000).

#### **3.1 Gestão linguística na ditadura de Stroessner**

Diz a Constituição paraguaia de 1967: “Artículo 5.- Los idiomas nacionales de la República son el español y el guaraní. Será de uso oficial el español” (CONSTITUCIÓN DEL PARAGUAY, 1967, p. 1).

Um evidente reconhecimento inédito do guarani no Paraguai, porém uma ainda mais evidente inferiorização do guarani diante do castelhano. De qualquer maneira, a referida Constituição buscava ainda garantir a preservação, o ensino, a evolução e o aperfeiçoamento do guarani:

Artigo 92. - O Estado promoverá a cultura em todas as suas manifestações. Protegerá a língua guarani e promoverá seu ensino, evolução e aperfeiçoamento. Assegurará a conservação dos documentos, obras, objetos e monumentos de valor histórico, arqueológico ou artístico encontrados no país, e arbitrará os meios para que sirvam aos fins educativos. (CONSTITUCIÓN DEL PARAGUAY, 1967, p.10, tradução nossa)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Artículo 92. -El Estado fomentará la cultura en todas sus manifestaciones. Protegerá la lengua guaraní y promoverá su enseñanza, evolución y perfeccionamiento. Velará por la conservación de los documentos, las obras, los objetos y monumentos de valor histórico, arqueológico o artístico que se encuentren en el país, y arbitrará los medios para que sirvan a los fines de la educación (CONSTITUCIÓN DEL PARAGUAY, 1967, p.10)

O guarani era visto neste texto constitucional, portanto, como um patrimônio cultural que deveria ser preservado, promovido, mas que também precisava evoluir, termo usado explicitamente no texto constitucional, o que demonstra uma visão biologista sobre as línguas, que afirma haver línguas mais evoluídas do que outras (COLAÇA, 2015). A partir destes dois artigos constitucionais da época percebe-se que a língua evoluída é o castelhano, oficializado, e a língua que precisa evoluir é o guarani, língua indígena, que é ao mesmo tempo nacional, patrimônio e folclore.

Ao mesmo tempo, o governo Stroessner trabalhou efetivamente, mesmo que através de um olhar instrumental, para a promoção do guarani.

Esse governo solicitou que fossem feitas palestras para os oficiais do exército sobre a importância e o valor dessa língua e apoiou o trabalho da ADEG, cedendo espaço nas dependências dos ministérios para suas atividades; por outro lado, recomendou que os alunos das escolas não fossem castigados --como era praxe-- pelo seu uso nas aulas (cf Rubin 1968: 48). Em 1956 foi feita uma reforma educacional pela qual foi permitido que, no Colegio Nacional de Asunción, o guarani fosse ensinado como uma atividade extra; em 1974, nas escolas que adotaram o chamado curriculum experimental, ele foi adotado como disciplina obrigatória, ministrada nos três primeiros anos do segundo grau; em 1987, essa disposição estendeu-se a todas as escolas do país (ZUCCOLILLO, 2000, p. 26)

Alguns órgãos da imprensa assumiram uma posição favorável similar. Surgiram publicações, como a da revista *Aca'ê* (1956-1961) e outras posteriores, que promoveram uma campanha de 'aceitação' do guarani e de promoção de seu uso e ensino nas escolas; os canais de televisão e alguns jornais passariam a dedicar um espaço para a sua difusão; foram promovidos concursos literários, novas publicações e traduções de clássicos espanhóis para o guarani (ZUCCOLILLO, 2000, p. 26)

A partir da década de 1970, através da reforma educativa de 1973, com apoio de organismos internacionais, principalmente dos Estados Unidos, se inicia a tentativa de implementação de uma educação bilíngue:

Em 1978, o Projeto de Educação Bilíngue foi iniciado para fornecer uma solução para a taxa de abandono escolar dos estudantes de língua guarani (USAID, 1988). As linhas de ação da cooperação dos Estados Unidos no período 1942-1988 incluíram as seguintes áreas: educação técnica, educação de adultos, desenvolvimento de currículo e materiais educacionais, educação primária, formação de professores, formação em serviço (Centros Regionais e Instituto de Ensino Superior, ISE), construção de salas de aula, programas educativos através de rádio em áreas rurais, educação bilíngue (Espanhol-Guarani) (ELIAS; SEGOVIA CHAPARRO, 2011, p. 5, tradução nossa)<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> En 1978 se inició el Proyecto de Educación Bilingüe para dar una solución a la elevada tasa de abandono escolar de los estudiantes guaraní hablantes (USAID, 1988). Las líneas de acción de la cooperación de Estados Unidos en el periodo 1942-1988 incluyeron las siguientes áreas: educación técnica, educación de adultos, desarrollo de currículum y materiales educativos, educación primaria, formación docente, entrenamiento en servicio (Centros Regionales y el Instituto Superior de Educación, ISE), construcción de aulas, programas educativos a través de la radio en zonas rurales, educación bilingüe (castellano-guaraní) (ELIAS; SEGOVIA CHAPARRO, 2011, p. 5)

Ou seja, o guarani que antes era proibido, agora estava permitido nas escolas (apenas como objeto de estudo, não como meio de instrução), na imprensa popular, na televisão, nos livros, na universidade e na propaganda política.

Devido ao isolamento internacional durante a ditadura espanhola, a educação não se desenvolveu lentamente, o que fez com que as dicotomias sociais e linguísticas fossem mantidas, visto que nas áreas rurais reinava o monolinguismo guarani, enquanto os habitantes das cidades eram monolíngues em espanhol. Essa diglossia também refletia a ambígua política linguística de Stroessner, que por um lado proibia o uso do guarani no campo da educação, mas por outro expandia seu uso em discursos políticos. Graças à nova Constituição de 1967, a língua guarani, considerada símbolo de identidade do povo, foi declarada, pela primeira vez na história do Paraguai, como língua nacional, de modo que essa conquista incorporou gradativamente o guarani à educação. anos 70 (ZAJÍKOVÁ, 2009, p. 44- 45, tradução nossa)<sup>9</sup>

Um dos objetivos do governo com a sua política linguística era o de agradar politicamente a grande população monolíngue guarani. Outro objetivo era o de exaltar as tradições e as origens, sejam elas sociais, culturais ou linguísticas, para consolidar uma cultura paraguaia nacionalista, que servisse de base de apoio aos ideais do Partido Colorado (ZUCCOLILLO, 2000).

O governo Stroessner, além das políticas de promoção da língua guarani, criou em 1963 o Instituto de Bem-Estar Rural, em 1975 o Instituto Paraguaio do Indígena e sancionou em 1981 o Estatuto das Comunidades Indígenas, que deveria garantir o reconhecimento jurídico dos povos originários e seu direito à terra. Mas, de fato, muitos destes reconhecimentos e direitos só foram conquistados efetivamente após a ditadura de Stroessner, através da ação de movimentos sociais indígenas. Apesar de muitos grupos indígenas terem apoiado o governo Stroessner, existiram também vários movimentos indígenas de resistência e luta contra a ditadura, os quais o pesquisador Paulo Alves Pereira Júnior descreve muito bem em seu artigo sobre o tema da resistência indígena à ditadura stronista (PEREIRA JÚNIOR, 2016). Concernente a este tema, Colaça (2015) ainda acrescenta:

A repressão violenta do governo com torturas e assassinatos foi o método utilizado para eliminar os divergentes. Ainda durante o governo de Stroessner, empresas agroindustriais desalojaram camponeses e comunidades indígenas, o que resultou num movimento camponês, que teve representação também na unidade guaraníca do próprio partido governista, o Partido Colorado. O enunciado "paz e progresso", significado pelo controle das insurgências populares e pelo crescimento do país desde a década de 60, cujos sentidos pareciam estabilizados pelos dizeres da ditadura, passa a mostrar suas contradições, que incluíam o desalojamento de camponeses e a queda do poder econômico da moeda paraguaia (COLAÇA, 2015, p. 133)

---

<sup>9</sup> Debido al aislamiento internacional durante la dictadura española, la educación no se desarrolló lentamente, lo que provocó que se mantuvieran dicotomías tanto sociales como lingüísticas, dado que en las zonas rurales reinaba el monolingüismo guaraní, mientras que los habitantes de las ciudades eran monolíngües en español. Esta diglosia también reflejaba la ambigua política lingüística de Strössner, que por un lado prohibía el uso del guaraní en el ámbito de la educación, pero que, por otro, ampliaba su uso en los discursos políticos. Gracias a la nueva Constitución de 1967, la lengua guaraní, considerada un símbolo de identidad del pueblo, fue declarada, por primera vez en la historia del Paraguay, como lengua nacional, por lo que este logro fue incorporando paulatinamente el guaraní a la educación. años 70 (ZAJÍOVÁ, 2009, p. 44-45)

Ao mesmo tempo, portanto, que vangloriava a língua guarani como patrimônio nacional, o governo Stroessner reprimia os povos indígenas e as populações monolíngues em guarani.

Ao passo que na educação e na constituição nacional a língua guarani aparecia como motor nacional, como símbolo do nacionalismo e dos sujeitos que com esta se identificavam - porque, simplesmente, não conheciam outra, como aponta Rodríguez Zuccolillo (2000), a falta de investimento na educação, os deslocamentos dos camponeses de suas terras para a construção da hidrelétrica e as repressões às reivindicações do povo apresentam a contradição na ditadura de Stroessner. Nos discursos sobre a língua na história paraguaia, o governo stronista aparece significado pela identificação do nacional e se apagam os demais sentidos sobre a corrupção, a repressão e o atraso do país (COLAÇA, 2015, p. 137)

### 3.2 Práticas linguísticas na ditadura de Stroessner

As primeiras informações documentadas sobre as práticas linguísticas no Paraguai são de 1799, ainda como província colonial, onde o governador espanhol Lázaro de Ribera se mostrou preocupado, pois a língua da Espanha não havia alcançado nesta região a posição majoritária como em outras colônias espanholas, e a língua do povo conquistado é que havia sido imposta (Colaça, 2015)<sup>10</sup>.

Em 1950, anos antes do golpe de Stroessner, o censo nacional afirmou que 58,5% da população paraguaia conhecia o castelhano, e 93,9% conhecia o guarani. A porcentagem de monolíngues em castelhano era de apenas 4%, a de monolíngues em guarani de 45%, e a de bilíngues 51% (VERÓN, 2017).

Durante o governo Stroessner não temos dados linguísticos oficiais, mas o censo nacional realizado em 1992, após a ditadura, nos revela 6% da população monolíngue em castelhano, 39% monolíngue em guarani, e 49% de bilíngues (ORTIZ, 2020).

As práticas linguísticas concretas da população paraguaia realmente pouco mudaram durante o governo Stroessner. A maioria da população seguiu bilíngue ou monolíngue guarani, fluente em um guarani coloquial, distante de um guarani formal, enquanto uma pequena elite seguiu falante de castelhano e linguisticamente preconceituosa. O Estado e suas instituições públicas continuaram priorizando o castelhano, assim como também os meios de comunicação privados, o governo continuou reprimindo os movimentos sociais indígenas e camponeses, e a língua guarani exaltada pelas políticas linguísticas foi uma língua estática, patrimonial e folclórica, associada a um nacionalismo ufanista, criando assim políticas muito mais simbólicas do que efetivas em relação aos falantes de guarani (ZUCCOLILLO, 2000, p. 177).

### 3.3 Valores linguísticos na ditadura de Stroessner

Se antes o guarani era visto como atraso linguístico e culpado pela dificuldade de implementação do castelhano e da civilização no Paraguai, com o governo Stroessner ele foi alçado a símbolo nacional, a arma de resistência nas guerras contra os vizinhos da América do

---

10 “De acordo com Lemogodeuc (2002), o próprio governador espanhol Lázaro de Ribera se mostrava preocupado com a situação da língua espanhola no Paraguai, por esta não ocupar o lugar de língua majoritária e, no fim do século XVIII, se queixava de que a língua do povo conquistado era a que havia sido imposta”. (COLAÇA, 2015, p. 115).

Sul, e a símbolo idílico de uma origem pura e diferenciada do povo paraguaio (ZUCCOLILLO, 2000, p. 36).

A definição essencialista da nação e de sua relação com a língua, a ênfase na necessidade da defesa (da língua, da nação) contra a invasão estrangeira, a caracterização da língua em termos de características (ontológicas) superiores inferiores, são alguns dos elementos analisados nesse sentido. Essas relações estabelecidas permitem compreender o fato de esses discursos terem se prestado para sustentar práticas políticas tais como as instituídas pelas ditaduras de Higinio Morínigo e, principalmente, Alfredo Stroessner, durante as quais tais discursos se reafirmaram (ZUCCOLILLO, 2000, p. 18-19)

Visivelmente, Stroessner instrumentalizou a defesa do guarani, associando-a a um nacionalismo, em benefício do próprio governo e do partido Colorado:

[...] o governo em questão jogava com as identidades por meio da língua: embora não fossem representantes da classe popular, ganhavam adesão dela por enaltecerem símbolos nacionais, entre eles, a língua falada pela classe não escolarizada (CASTANHO, 2016, p. 67)

Com o incentivo governamental ao aumento de uma visão positiva em relação ao guarani, cresceu também uma visão positiva em relação ao bilinguismo paraguaio em geral, antes visto como um problema (CORVALÁN apud CASTANHO, 2016, p. 68). Mesmo assim permanece a relação de diglossia entre o castelhano e o guarani, como afirma Colaça:

Para o sujeito nacional constrói-se uma imagem numa relação de identificação com a língua guarani e, em consequência, com o governo que a promove. A negação desta identificação com a língua aparece como traição à língua e, por extensão, à nação. Entretanto, é preciso lembrar que os sentidos para língua nacional no Paraguai, inclusive neste período histórico, não estão estanques dos formulados para a outra língua nacional, o espanhol. Nesse embate, as duas línguas são significadas como nacionais de modo diferente. O guarani, a língua da resistência, da defesa frente aos demais países, e a língua da cultura nacional. O espanhol, por sua vez, segue ocupando o lugar da língua do avanço, das relações com o exterior e do progresso (COLAÇA, 2015, p. 137)

Seria ingênuo, inclusive, pensar que não houve movimentos de resistências a estas políticas linguísticas. Esta crescente promoção do guarani gerou reações na pequena elite paraguaia monolíngue em castelhano. Esta elite questionou o avanço de uma língua indígena na cultura e na escola paraguaia.

É importante notar o caráter claramente popular de que se reveste esse nacionalismo 'essencial' dos 'paraguaios' e o movimento favorável à língua a ele associado, o que faria com que fosse tenazmente combatido por setores da 'classe alta' (ZUCCOLILLO, 2000, p. 31)

Se o governo associava o guarani ao nacionalismo, havia uma elite arraigada aos valores coloniais que ainda associava o guarani ao atraso civilizatório. O governo Stroessner e o Partido Colorado souberam também usar esta reação da elite a favor de si próprios, taxando os seus críticos de antipatriotas e liberais. Ou seja, a depender da posição política em relação à língua



guarani, o grupo político em questão era rotulado como sendo colonialista ou anticolonialista, mesmo que essas rotulações não tivessem nenhuma base concreta, sendo, portanto, muito mais uma questão de construção de um discurso político de falsa polarização (ZUCCOLILLO, 2000).

É importante frisar mais uma vez que, apesar de uma pretensa defesa plena do guarani pelo governo Stroessner, os valores linguísticos embutidos nesta defesa era a de uma língua guarani estática, língua-patrimônio, mais associada a um passado que deve ser conservado e promovido, do que a um presente ou futuro a ser construído conjuntamente com os falantes de guarani como língua viva de uma comunidade viva (COLAÇA, 2015). Sobre o assunto, Zuccolillo explica:

[...] a apologia do guarani e o orgulho e a lealdade que ela manifestaria, de um lado, e as medidas de promoção adotadas, de outro, estão diretamente relacionados com esse culto exacerbado e dogmático da Nação e seus símbolos e o orgulho e a lealdade inquestionáveis em relação a eles e (eis o quid da questão) aos seus intérpretes exigidos a todo bom patriota, que caracteriza o tipo de prática totalitária instituída no quadro desse nacionalismo (ZUCCOLILLO, 2000, p. 39)

Esta visão estática, de língua, nação e povo, que justificou a promoção do guarani no governo Stroessner, não é necessariamente uma perspectiva anticolonialista. Ao vangloriar uma língua indígena e associá-la às bases da nação paraguaia, enxergando nesta língua indígena uma virtude primitiva e idílica, o que se faz é, primeiro, a manutenção da ideia de que existem línguas/culturas superiores e inferiores, e segundo, uma falsa inversão destes valores de quem é superior e quem é inferior. Se pretende, com esforço, promover o “primitivo indígena” como superior, mas nunca se perde de vista as referências de primitivo e de civilizado, que invariavelmente voltam a se referir, respectivamente, ao indígena americano e ao europeu colonizador (ZUCCOLILLO, 2000). Isto inclusive aparece, em aquilo que poderia ser entendido como um “ato falho” freudiano, quando o governo Stroessner defende a evolução e o aperfeiçoamento da língua guarani por parte do Estado, como já vimos acima no artigo 92 da Constituição Paraguaia de 1967. Nos parece, portanto, que não haja inversão alguma e que as categorias colonialistas, entendidas aqui através principalmente da dicotomia primitivo/civilizado como apresentada na análise feita por Zuccolillo (2000), permanecem sendo as mesmas.

Afirmar que esse movimento em relação ao guarani constitui um fenômeno conservador não descartaria, per se, o caráter anticolonialista que a reivindicação de uma língua 'colonizada' apresenta. Mas devemos levar em conta que o nacionalismo que o determina é, ao mesmo tempo, colonialista e que esse colonialismo se apoia na afirmação de que toda cultura fora da tradição greco-latina é inferior (ZUCCOLILLO, 2000, p. 40)

Em contraposição a esta visão colonialista, por exemplo, temos a perspectiva trazida no Paraguai pela Lei de Línguas em 2010 (Lei 4.251/10), décadas após a queda do governo Stroessner e da redemocratização do país, que vai mencionar, ao invés da ideia de “evolução da língua” a de assegurar o uso da língua guarani em todas as funções sociais, além de conceitos como o de pluriculturalidade, o de direitos linguísticos coletivos, comunitários e individuais, o de minorias linguísticas, entre outros (ZARRATEA, 2010).

#### 4 Considerações finais

Através das contribuições de Bernard Spolsky conseguimos, portanto, analisar e visualizar melhor as políticas linguísticas do Paraguai durante a ditadura de Alfredo Stroessner e as suas contradições.

Se na política oficial o guarani e o bilinguismo alcançaram *status* inéditos de reconhecimento e promoção, observamos que as práticas linguísticas concretas da população pouco mudaram, e que esta promoção oficial da língua guarani não caminhou junto com uma defesa dos povos indígenas, e/ou comunidades monolíngues guarani, e/ou camponeses e populações rurais, majoritariamente falantes de guarani.

E, por fim, observamos também os valores linguísticos que embasaram as políticas de Stroessner. A ditadura, efetivamente, se utilizou desta promoção do guarani para angariar apoio político e para exaltar um nacionalismo, que por sua vez era associado ao Partido Colorado de Stroessner. Vimos também que os valores linguísticos majoritários da população, apesar deste reconhecimento oficial ao guarani, pouco mudaram, havendo ainda grande preconceito linguístico contra o guarani e uma manutenção da perspectiva colonial onde se afirma que culturas e línguas indígenas americanas são inferiores à culturas e línguas europeias.

Podemos, então, com os instrumentos analíticos de Spolsky, avaliarmos que a gestão linguística durante o governo Stroessner fez sim um esforço de se adequar mais às práticas linguísticas majoritárias da população, mas o fez de forma insuficiente, com interesses políticos contraditórios e carregada de valores linguísticos que mantiveram a visão inferiorizada da língua guarani frente ao castelhano.

Após a queda de Stroessner e a redemocratização, a gestão linguística do Paraguai avançou, não sem resistências, conflitos e contradições, no sentido de ampliação dos direitos linguísticos, tornando a língua guarani oficial em 1992, com o mesmo status do castelhano, e reconhecendo outras línguas indígenas faladas no seu território. Foi criada uma comissão nacional de bilinguismo em 1994, fazendo a reforma educacional, redigida em 1994 e aprovada em 1998, para inclusão do guarani e de línguas indígenas no ensino. Também, foi aprovada a Lei de Línguas em 2010 (PARAGUAY, 2010) e, a partir dela, a Secretaria de Políticas Linguísticas em 2011, cuja missão é desenvolver políticas linguísticas que visem a planificação, investigação e proteção das línguas do Paraguai.

#### Referências

- CASTANHO, E. **Entre a Tradição e a Tradução:** representações sobre identidades e línguas na fronteira Brasil/Paraguai. 231 f. 2016. Tese de doutorado em Linguística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2016.
- CODAS, G. **Paraguai.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- COLAÇA, J.P. **As Políticas de Línguas sobre o Guarani no Paraguai e o Bilinguismo Imaginário.** Rio de Janeiro: UFF, 2015.
- CONSTITUCIÓN DEL PARAGUAY,** 1967. Disponível em: [tsje.gov.py](http://tsje.gov.py). Acesso em: 8 mai. 2023.
- CALVET, L.-J. **As Políticas Linguísticas.** São Paulo: Parábola, 2007.
- ELIAS, R; SEGOVIA-CHAPARRO, E. **La educación en tiempos de Stroessner.** Paraguay: Centro de Investigación para el Desarrollo, 2015. Disponível em: <http://www.desarrollo.org.py/admin/app/webroot/pdf/publications/01-10-2015-10-50-19->

1849350728.pdf. Acesso em: 8 mai. 2023.

MELIÁ, B. La lengua guarani del Paraguay. In: POTTIER, B. (Coord.). **América Latina en sus lenguas indígenas**. Caracas: Monte Avila Editores / Unesco, 1983, p. 43-59.

ORTIZ, D. El diseño bilingüe guaraní-castellano en el sistema educativo paraguayo: una reflexión sobre su desarrollo curricular en 25 años de ejecución. **El tordo de Astier**, Universidad Nacional de La Plata, v. 11, n. 20-21, p. 10-30, 2020. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/117080>.

PARAGUAY. Ley de Lenguas n. 4251 de 2010. Secretaría de Políticas Lingüísticas. Disponível em:

[https://www.spl.gov.py/es/application/files/6814/4724/2701/ley\\_de\\_lenguas.pdf](https://www.spl.gov.py/es/application/files/6814/4724/2701/ley_de_lenguas.pdf). Acesso em: 22 nov. 2023

PEREIRA JÚNIOR, P. **A resistência cotidiana dos povos indígenas durante a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989)**. In: SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: Ciências Sociais em tempos de crise: novos dispositivos de controle e retração de direitos, XV ed., 2016. Anais... Araraquara: UNESP. p. 320-329.

SILVA, E.R. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, UNICAMP, v. 52 n. 2, p. 289-320, 2013.

SPOLSKY, B. **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SPOLSKY, B. **Rethinking Language Policy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

VERÓN, M. A. Paraguay: una nación pluricultural con dos lenguas oficiales. **Revista de Llengua i Dret, Journal of Language and Law**, n. 67, p. 106-128, 2017.

ZAJÍKOVÁ, L. **El Bilingüismo Paraguayo: Usos y Actitudes hacia el guarani y el castellano**. Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2009.

ZARRATEA, T. **La ley de lenguas del Paraguay**. Asunción: Servilibro, 2011.

ZUCCOLILLO, C. **Língua, Nação e Nacionalismo: Um Estudo sobre o Guarani no Paraguai**. 254f. 2000. Tese de doutorado em Linguística, UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2000.

Submetido: 08/08/23

Aceito: 21/09/23